

ROGÉRIO
GRECO



Manual de **ATIVIDADE POLICIAL**

Aspectos penais, processuais penais,
administrativos e constitucionais

12^a
edição revista e
atualizada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 03.05.2023
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2023 by
Editora Atlas Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.
- Capa: Fabricio Vale
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

G829m
Greco, Rogério

Manual de atividade policial : aspectos penais, processuais penais, administrativos e constitucionais/
Rogério Greco. – 12. ed., rev., atual. e ampl. – Barueri [SP]: Atlas, 2023.

376 p.; 23 cm.

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5977-528-6

1. Policiais - Brasil. 2. Investigação criminal – Brasil. 3. Aplicação da lei – Brasil.
4. Processo penal - Brasil. I. Título.



23-83740

CDU: 343.98(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

Sumário

PARTE 1

ASPECTOS GERAIS DA ATIVIDADE POLICIAL

Capítulo 1 – Distinção entre a polícia militar, a polícia civil, a polícia federal, a polícia rodoviária federal, a polícia penal e a guarda municipal	3
Capítulo 2 – Cumprimento das funções policiais com observância do princípio da dignidade da pessoa humana	11
2.1 Origem do princípio da dignidade da pessoa humana	11
2.2 A concepção normativa da dignidade da pessoa humana	13
2.3 O desrespeito ao princípio da dignidade da pessoa humana pelo próprio Estado	15
2.4 A relativização do princípio da dignidade da pessoa humana	15
2.5 A exigível observância do princípio da dignidade da pessoa humana pela polícia	16
2.6 Da aplicação dos Tratados Internacionais sobre Direitos Humanos	17
2.7 Princípios éticos da conduta policial	18
Capítulo 3 – Prisão em flagrante	21
3.1 Prisões cautelares	21
3.2 Introdução à prisão em flagrante	22
3.3 Possibilidades	24
3.4 Conceito e situações que caracterizam as hipóteses de flagrante delito	25
3.5 Lavratura do auto de prisão em flagrante	27
3.6 Juiz das garantias	27
3.7 Direitos do preso	31
3.7.1 Identificação criminal do civilmente identificado	32
3.7.2 Identificação datiloscópica	35
3.8 Policial condutor	36

3.9	Quem poderá ser preso em flagrante pelo policial	37
3.10	Resistência à prisão em flagrante	38
3.11	Busca domiciliar, em veículos e pessoal	38
3.12	Mandado coletivo de busca e apreensão de coisas e pessoas	42
3.13	Busca pessoal em mulheres	43
3.14	Uso da força e de armas de fogo	43
3.14.1	Uso de instrumentos de menor potencial ofensivo	46
3.15	Uso de algemas	47
3.16	Adolescente infrator	49
3.17	Utilização de algemas em adolescente infrator	50
3.18	Apreensão de drogas	51
3.19	Usuário de drogas	53
3.20	Apreensão de armas	55
3.21	Flagrante compulsório, flagrante preparado, flagrante esperado, flagrante diferido e flagrante forjado	56
3.22	Fiança criminal	60
3.23	Audiência de custódia	63
Capítulo 4 – Utilização de propriedade particular (requisição administrativa)		67
Capítulo 5 – Ordem emanada de superior hierárquico		71
5.1	Assédio moral e obediência hierárquica	74
Capítulo 6 – Investigação policial		79
6.1	Princípios fundamentais da investigação policial	79
6.2	Inquérito policial – civil e militar. Conceito e finalidade	80
6.3	Dispensabilidade do inquérito policial	82
6.4	Instauração do inquérito policial	82
6.4.1	Indiciamento	83
6.5	Características	83
6.6	Arquivamento do inquérito policial	85
6.7	Interceptação de comunicações telefônicas no curso do inquérito policial	88
6.8	Representação sobre a prisão temporária	91
6.9	Representação sobre a prisão preventiva	92
6.10	Exame de corpo de delito	95

6.11	Do reconhecimento de pessoas e coisas	100
6.12	Acareação	100
Capítulo 7 – O Ministério Público		101
7.1	Introdução	101
7.2	Titularidade da ação penal	102
7.3	Relacionamento com a Polícia	107
7.4	Controle externo da atividade policial	108
7.5	Poder investigativo do Ministério Público	112
Capítulo 8 – O papel do policial como testemunha no processo judicial		119
8.1	Introdução	119
8.2	Requisição do Policial Militar	119
8.3	Dever de dizer a verdade	120
8.4	Transgressão militar e crime propriamente militar	120
Capítulo 9 – Concurso de pessoas		125
9.1	Introdução	125
9.2	Requisitos necessários ao reconhecimento do concurso de pessoas	125
9.3	Espécies de concurso de pessoas	128
9.4	Responsabilidade penal dos coautores e dos partícipes	131
9.5	Espécies de autoria	132
9.6	Crimes multitudinários (multidão delinquente)	135
Capítulo 10 – Ilicitude		139
10.1	Conceito	139
10.2	Causas de exclusão da ilicitude	139
10.2.1	Estado de necessidade	140
10.2.1.1	Estado de necessidade exculpante e estado de necessidade justificante	141
10.2.1.2	Policiais que se abrigam no interior de uma residência a fim de se protegerem durante uma troca de tiros	142
10.2.1.3	Policiais que, à noite, encurralados em escadaria de uma favela, se veem obrigados a atirar nas lâmpadas, a fim de evitar que sejam alvejados facilmente	142

10.2.2	Legítima defesa	143
10.2.2.1	Conceito e finalidade	143
10.2.2.2	Espécies de legítima defesa	144
10.2.2.3	Elementos que integram a legítima defesa	145
10.2.2.4	Legítima defesa para repelir agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes	148
10.2.2.5	Legítima defesa e agressão de inimputáveis	150
10.2.2.6	Legítima defesa e aberratio ictus (erro na execução)	150
10.2.2.7	Legítima defesa e disparo de arma de fogo pela polícia	152
10.2.2.8	Legítima defesa sucessiva	152
10.2.3	Estrito cumprimento do dever legal	153
10.2.4	Exercício regular de direito	155
10.2.5	Ofendículos	155
10.3	Excesso	156
10.3.1	Introdução	156
10.3.2	Ilicitude do excesso	157
10.3.3	Excesso doloso e excesso culposo	158
10.3.4	Excesso intensivo e excesso extensivo	159
10.3.5	Excesso na causa	160
10.3.6	Excesso exculpante	161
Capítulo 11 – Negociação e gerenciamento de crise		163
11.1	Introdução, conceito e características	163
11.2	Providências imediatas após a ocorrência da crise	164
11.3	Perpetrador da crise, reféns e elementos operacionais	166
11.3.1	O negociador	167
11.3.2	O gerente da crise	168
11.3.3	O grupo tático	170
11.3.3.1	<i>Sniper</i> (atirador de precisão)	171
11.3.3.2	Denominações ligadas à atividade do <i>sniper</i>	173
11.4	O ritual de rendição	173
11.5	<i>Suicide by cop</i>	174
11.6	Síndrome de Estocolmo	174
11.7	Síndrome de Londres	176

Capítulo 12 – Policial como garantidor. O dever e o poder de agir para evitar o resultado	179
12.1 Crimes omissivos próprios e crimes omissivos impróprios	179
12.2 Relevância da omissão	181
12.3 A posição de garantidor	182
12.4 O resultado que será imputado ao garantidor	185
Capítulo 13 – Transporte de presos	187
Capítulo 14 – Tópicos de Execução Penal	189
14.1 Monitoramento eletrônico	189
14.2 Trabalho do preso e remição da pena	192
14.3 Remição pelo estudo	194
14.4 Assistência religiosa aos presos	196
Capítulo 15 – Disque-denúncia	199
15.1 Introdução	199
15.2 Impossibilidade de solicitação de mandado de busca domiciliar somente com as informações fornecidas anonimamente pelo disque-denúncia	201
15.3 Início de investigação contra policial militar com base em informações fornecidas pelo disque-denúncia	201
15.4 Do acesso às informações previsto na Constituição Federal	202
Capítulo 16 – Camuflagem	205
Capítulo 17 – Criação da Força-Tarefa de Inteligência para o enfrentamento ao crime organizado no Brasil	209

PARTE 2

TÓPICOS DA PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO PENAL E DA LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Introdução	215
Homicídio e exame de corpo de delito	215
Homicídio e exame do local	215
Homicídio. Diferença entre tiro nas costas e tiro pelas costas	215
Femicídio	215
Femicídio – qualificadora de natureza híbrida	216

Homicídio funcional	217
Homicídio. Criminoso que corre, durante perseguição policial, atirando para trás	218
Competência para julgamento do homicídio doloso	218
Homicídio praticado por policial militar – competência para julgamento	218
Julgamento pelo júri sem a presença do réu	219
Lesão corporal culposa praticada na direção de veículo automotor	220
Violência doméstica	220
Disparo de arma de fogo em via pública	221
Omissão de socorro	222
Vítima submetida a tortura a fim de praticar um fato definido como crime	223
Ameaça proferida em estado de ira ou cólera	224
Ameaça proferida em estado de embriaguez	224
Perseguição (<i>stalking</i>)	225
Tráfico de pessoas	227
Sequestro e roubo com pena especialmente agravada pela restrição da liberdade da vítima	228
Violação de domicílio e exclusão do crime	228
Violação de domicílio e posse de drogas	230
Policial que ingressa em residência sem mandado, por suspeita de prática de crime	230
A laje de uma casa localizada em uma favela pode ser considerada como parte da casa, para efeitos de reconhecimento do delito de abuso de autoridade?	231
Furto de sinal de TV em canal fechado (“Gatonet”)	232
Antefato e pós-fato impuníveis no furto	233
Furto de automóveis e qualificadora do rompimento de obstáculo	234
Furto praticado por policial militar e princípio da insignificância	234
Emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum	235
Sequestro relâmpago no roubo (se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade)	236
Roubo qualificado pela lesão corporal grave e pela morte (latrocínio)	237
Consumação e tentativa no delito de latrocínio	239
Roubo e crime hediondo	242
Violência ou grave ameaça para escapar, sem a intenção de levar a coisa consigo	242

Roubo com arma de fogo sem munição ou impossibilitada de disparar e exame de potencialidade ofensiva	243
Diferença entre roubo e extorsão	244
Diferença entre extorsão e concussão	245
Diferença entre extorsão e exercício arbitrário das próprias razões	245
Prisão em flagrante quando do recebimento da vantagem	245
Extorsão e sequestro relâmpago	246
Delação premiada na extorsão mediante sequestro	249
Concurso entre a qualificadora do § 1º do art. 159 do CP e o crime de associação criminosa	249
Prescindibilidade de animus nocendi à caracterização do crime de dano	250
Preso ou condenado que danifica cela para fugir da cadeia ou penitenciária	250
Dano à viatura policial e embriaguez	251
Pichação	252
Apropriação indébita por procurador legalmente constituído	252
Prescindibilidade da prestação de contas à configuração do delito	253
Estelionato e torpeza bilateral	253
Estelionato e falsidade documental	255
Estelionato e apropriação indébita	257
Estelionato e jogo de azar	257
Estelionato e furto de energia elétrica	258
Estelionato e curandeirismo	258
Estelionato e furto mediante fraude	258
Estelionato e crime impossível	258
Endosso em cheque sem suficiente provisão de fundos	259
Estelionato e cola eletrônica	259
Autonomia da receptação	260
Prova do crime anterior à receptação	260
Receptação e concurso de pessoas no delito anterior	260
Receptação em cadeia	260
Imputação alternativa na denúncia de receptação	260
Receptação de talão de cheques e de cartão de crédito	261

Receptação de animal	261
Estupro	262
Estupro de vulnerável	264
Identificação do perfil genético nos crimes sexuais	264
Revogação do art. 61 da LCP (importunação ofensiva ao pudor) e continuidade normativa-típica	265
Diferença entre os delitos de ato obsceno e importunação sexual	266
Atendimento obrigatório e integral a pessoas em situação de violência sexual	267
Infiltração de agentes de polícia na internet e crimes sexuais	268
Incitação ao crime	269
Apologia de crime ou criminoso	270
Uso de camisetas que enaltecem o consumo de drogas ou facções criminosas	271
Músicas que enaltecem o crime organizado ou chefes do tráfico	271
Associação criminosa	271
Inimputáveis como integrantes da associação criminosa	272
Agentes não identificados na associação criminosa	272
Abandono por um integrante da associação criminosa depois de formada	272
Prática de delito pela associação criminosa, sem o conhecimento de um de seus integrantes	272
Individualização da função de cada integrante do grupo	272
Finalidade de praticar contravenções penais	273
Associação para o tráfico ilícito de drogas	273
Organização criminosa	273
Constituição de milícia privada	277
Diferença entre associação criminosa e constituição de milícia privada	283
Diferença entre a organização criminosa e a constituição de milícia privada	284
Número necessário à caracterização do crime de constituição de milícia privada	286
Falsificação de documento público e uso de documento público falso	287
Falsificação de documento público e estelionato	287
Falsificação de documento público e fotocópias não autenticadas	288
Falsificação de documento particular e uso de documento particular falso	288
Falsificação de documento particular e estelionato	288

Falsificação de cartão de crédito ou débito	288
Falsidade ideológica e folha em branco, com abuso no seu preenchimento	289
Uso do documento ideologicamente falsificado	289
Falsidade ideológica de circunstância incompatível com a realidade	289
Declaração de nascimento inexistente	289
Parto alheio como próprio	290
Falsidade ideológica e sonegação fiscal	290
Falsidade ideológica e estelionato	290
Declaração falsa para efeitos de instrução de pedido de remição	290
Uso de documento falso e apresentação do documento pelo agente	291
Documento que é encontrado em poder do agente	291
Competência para julgamento do delito de uso de passaporte falso	291
Falsificação ou alteração do documento e uso pelo próprio agente	291
Uso de documento falso e estelionato	291
Usuário que solicita a falsificação do documento	291
Uso de documento falso e fotocópia não autenticada	291
Falsificação grosseira	292
Uso de documento falso e erro de tipo	292
Falsa identidade e autodefesa	292
Agente que silencia com relação à sua identidade ou não nega a falsa identidade a ele atribuída	293
Recusa de dados sobre a própria identidade ou qualificação	293
Uso de documento falso de identidade	293
Falsa identidade e furto	294
Adulteração de sinal identificador de veículo automotor	294
Contribuição de funcionário público para o licenciamento ou registro do veículo remarcado ou adulterado	295
Peculato	295
Peculato e extinção da punibilidade	297
Necessidade de notificação prévia do funcionário público	297
Peculato de uso	297
Diferença entre concussão e corrupção passiva	298

Prisão em flagrante quando da entrega da vantagem indevida da concussão	298
Concussão praticada por médico credenciado pelo SUS	298
Corrupção passiva	299
Corrupção passiva e gravação de conversa	300
Prevaricação	300
Dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar	301
Ingresso de pessoa portando aparelho telefônico de comunicação móvel, de rádio ou similar, sem autorização legal, em estabelecimento prisional	301
Condescendência criminoso	303
Conceito de funcionário público	304
Regime celetista e conceito penal de funcionário público	305
Conceito de funcionário público e advogado que atua em virtude de convênio celebrado com o Poder Público	305
Funcionário público e médico conveniado ao SUS	306
Crimes funcionais próprios e crimes funcionais impróprios	306
Resistência	306
Resistência e embriaguez	308
Resistência e desacato	308
Resistência e desobediência	309
Resistência e porte de arma	309
Auto de resistência e homicídio decorrente de intervenção policial	309
Desobediência	312
Desobediência a decisão judicial	312
Desobediência à ordem que implicaria autoincriminação ou prejuízo para o sujeito	313
Indiciado ou acusado que se recusa a comparecer em juízo ou na delegacia de polícia a fim de prestar suas declarações	313
Advogado que se recusa a prestar informações sobre fatos que importarão em prejuízo para seu cliente	313
Cumulação da sanção penal por desobediência com sanção de natureza administrativa	313
Desobediência e Polícia Militar	313
Advertência sobre o crime de desobediência	314
Desobediência e mandado de segurança	314

Desacato	314
Desacato e pluralidade de funcionários ofendidos	316
Desacato e embriaguez	316
Desacato e exigência de ânimo calmo e refletido	316
Desacato praticado por advogado e o § 2º do art. 7º do Estatuto da OAB	316
Desacato e ofensa dirigida a funcionário que não se encontra presente	317
Indignação e desacato	317
Corrupção ativa	317
Corrupção ativa e oferecimento de vantagem indevida após a prática do ato	318
Corrupção ativa e atipicidade no que diz respeito à conduta de dar a vantagem solicitada pelo funcionário público	318
Corrupção ativa e oferecimento de pequenos agrados	318
Corrupção ativa e flagrante esperado	318
Denúncia caluniosa	318
Falso testemunho e falsa perícia	319
Retratação no falso testemunho	320
Compromisso de dizer a verdade e falso testemunho	320
Vítima que presta depoimento falso	320
Prisão em flagrante no crime de falso testemunho	321
Favorecimento pessoal	321
Diferença entre favorecimento pessoal e participação no crime	321
Favorecimento real	321
Favorecimento real e receptação	322
Favorecimento real e furto	323
Arrebatamento de preso	323
Espionagem	324
Golpe de Estado	324
Consumo de drogas	324
Conceito de droga	325
Norma penal em branco ou primariamente remetida	325
Consumo pessoal	326
Consumo de drogas e elemento subjetivo	327

Consumo de drogas e prisão em flagrante	327
Aplicação do princípio da insignificância pela autoridade policial	328
Agente que é surpreendido pela polícia logo após ter feito uso da droga	328
Tráfico de drogas	328
Tráfico de drogas e elemento subjetivo	330
Tráfico de drogas e regime inicial de cumprimento de pena	330
Associação para o tráfico de drogas	331
Direção perigosa e embriaguez	331
Invasão de dispositivo informático	333
Abuso de autoridade	334
Terrorismo	338
Racismo e injúria racial	341
Bibliografia	343

PARTE 3

OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS

O conteúdo desta seção está disponível no Material Suplementar da obra.

Para acessá-lo, siga as orientações contidas na orelha.

- ☞ Texto 1 – Surgimento do Bope-RJ
- ☞ Texto 2 – Comando de Operações Táticas da Polícia Federal
- ☞ Texto 3 – A importância dos grupos táticos no âmbito das Polícias Civis
- ☞ Texto 4 – A estruturação da atividade de inteligência da Polícia Federal no segmento de repressão ao tráfico ilícito de entorpecentes
- ☞ Texto 5 – Coordenadoria de Recursos Especiais (Core) – Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro
- ☞ Texto 6 – Breves reflexões sobre a simbologia do crânio transpassado pelo punhal de Comandos nas Forças Especiais de Polícia no Brasil
- ☞ Texto 7 – A responsabilidade penal do Comandante de Aeronave de asas rotativas da Polícia Militar de Minas Gerais em face das missões de Defesa Social
- ☞ Texto 8 – Perspectivas da colisão de direitos fundamentais: o direito de imagem do preso e a dúlice necessidade de administração da justiça e manutenção da ordem pública